

Carta de Adesão às Normas de Participação do Orçamento Participativo 2018/19



O MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, Finanças e Sistemas de Informação, João Paulo Saraiva, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1240, de 23 de novembro, adiante designado por "MUNICÍPIO";

E

A FREGUESIA DE ALVALADE, pessoa coletiva n.º 510 832 806, com sede na Rua Conde de Arnoso, n.º 5 B, em Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José António Borges, de harmonia com o previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adiante designada por "Freguesia";

Considerando que:

1. O Orçamento Participativo de Lisboa (OP), que celebra este ano a sua 11.ª edição, tem registado um crescimento sustentado do número de votantes desde a sua 1.ª edição, de cerca de um milhar para mais de 37 mil votos na edição de 2017, totalizando mais de 268 mil votos ao longo das 10 edições anteriores, revelando desta forma a consolidação deste importante processo participativo em Lisboa;
2. O OP é uma marca emblemática do modelo de governação participativa da cidade de Lisboa, distinguindo-se pela natureza verdadeiramente deliberativa do processo, pela conjugação de diversas formas de participação e pelo envolvimento crescente de cidadãos;
3. No espírito da Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Lisboa, os resultados do OP são avaliados anualmente, tendo por base os contributos dos cidadãos, bem como a análise interna da Equipa e Interlocutores OP, sendo introduzidas as alterações necessárias ao aperfeiçoamento, aprofundamento e alargamento progressivo do processo;
4. A avaliação realizada à edição anterior aponta para a necessidade do projeto OP ser mais transversal e inclusivo nas suas diversas vertentes, justificando assim a

aposta em sessões presenciais destinadas aos públicos jovem, sénior e migrante, assim como aos próprios trabalhadores e colaboradores da CML;

5. Existe a necessidade de uma maior consolidação do calendário de participação, com reforço da organização de Sessões Participativas, Territoriais e Temáticas, com vista a envolver e mobilizar todos os cidadãos para a apresentação de propostas mais aprofundadas e que configurem um interesse público e uma mais-valia para a cidade, envolvendo a comunidade em geral;
6. Lisboa ganhou o prémio de Capital Verde Europeia 2020, as propostas e, consequentemente, projetos na área ambiental, que foquem, explorem, demonstrem e valorizem a sustentabilidade ambiental, otimização de recursos energéticos, diminuição da utilização de plástico, etc., serão identificados com o selo verde;
7. As Freguesias de Lisboa, na sequência da Reforma Administrativa de Lisboa e no âmbito da progressiva descentralização e delegação de competências do Município nestas 24 autarquias locais, têm desempenhado um papel fundamental na gestão da cidade de Lisboa e prestação de um serviço de maior proximidade aos/às cidadãos/ãs;
8. O OP de Lisboa poderá constituir uma oportunidade de desenvolvimento da intervenção ao nível autárquico, designadamente das Freguesias, caso se justifique e seja viável, as mesmas poderão ter um papel mais ativo na validação da análise técnica das propostas e posterior execução dos projetos vencedores;
9. Se considera estarem reunidas as condições para que as propostas apresentadas no âmbito do OP correspondam aos respetivos objetivos, continuando a promover a proximidade entre a Câmara Municipal de Lisboa e os seus cidadãos;

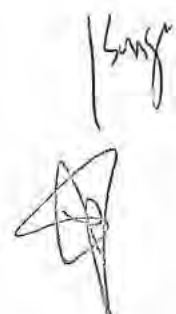
Acordam na celebração da presente Carta de Adesão às Normas de Participação do Orçamento Participativo de Lisboa 2018/2019, que se regerá pelas seguintes condições:

Cláusula Primeira

(Objeto)

A presente Carta tem por objeto estabelecer os termos e as condições de Adesão às Normas de Participação do Orçamento Participativo do Município de Lisboa (em Anexo), aprovadas através da Proposta nº 661/2018 deliberada na Reunião de


Câmara Municipal de Lisboa de 11 de Outubro de 2018, por parte da Freguesia para efeitos do efetivo desenvolvimento, análise de propostas e concretização de projetos de âmbito local, que venham a ser aprovados em fase de votação pública do Orçamento Participativo.



Cláusula Segunda
(OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO)

O MUNICÍPIO DE LISBOA obriga-se ao seguinte:

- a) Apoiar logística e administrativamente o processo e procedimento de funcionamento das diversas fases elencadas nas cláusulas 6ª e seguintes das Normas de Participação do Orçamento Participativo, articulando tudo quanto necessário com os serviços municipais, empresas municipais e Freguesias envolvidas e prestando o apoio informativo necessário para instrução dos procedimentos devidos;
- b) Organizar e executar as seguintes fases do OP de Lisboa, elencadas nas mesmas cláusulas 6ª e seguintes das Normas de Participação do Orçamento Participativo:
 - a. Ciclo de Decisão:
 - i. Preparação do processo (cláusula 7ª das Normas do OP de Lisboa);
 - ii. Apresentação de propostas (cláusulas 8ª e 9ª das Normas do OP de Lisboa);
 - iii. Consulta pública (nº 4 a 8 da cláusula 10ª das Normas do OP de Lisboa);
 - iv. Votação dos projetos (cláusula 11ª das Normas do OP de Lisboa);
 - v. Apresentação dos resultados (cláusula 12ª das Normas do OP de Lisboa);
- c) Articular e acompanhar a execução das seguintes fases do OP de Lisboa, elencadas nas mesmas cláusulas 6ª e seguintes das Normas de Participação do Orçamento Participativo, e delegadas na Freguesia:
 - a. Ciclo de Decisão:
 - i. Análise Técnica (nº 1 a 3 da cláusula 10ª das Normas do OP de Lisboa);
 - b. Ciclo de Execução:
 - i. Estudo prévio (cláusula 13ª das Normas do OP de Lisboa);
 - ii. Projeto de execução (cláusula 14ª das Normas do OP de Lisboa);


- 
- iii. Delegação de competências (cláusula 15ª das Normas do OP de Lisboa);
 - iv. Inauguração (cláusula 16ª das Normas do OP de Lisboa).

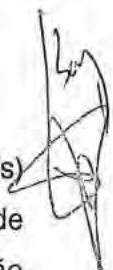
d) Acompanhar e monitorizar a execução do(s) projeto(s) ou atividade(s), objeto da presente Carta de Adesão às Normas de Participação do Orçamento Participativo;

Cláusula Terceira

(Obrigações da Freguesia)

A Freguesia obriga-se ao seguinte:

- a) Aderir e cumprir as Normas de Participação do Orçamento Participativo, que se juntam como Anexo I à presente Carta e dela ficam a fazer parte integrante, na parte respeitante à intervenção da Freguesia e nos termos melhor especificados nesta Carta;
 - b) Cumprir a calendarização das várias fases do Ciclo OP 2018/19, de acordo com a cláusula 24ª das Normas de Participação do Orçamento Participativo;
 - c) Assumir a responsabilidade pela análise técnica das propostas de âmbito local, conforme o indicado no nº 1 da Norma Décima Primeira tendo em consideração o seguinte:
 - i. Verificação dos requisitos de elegibilidade e eventuais fundamentos de exclusão, em conformidade com o exposto nas Normas de Participação na sua cláusula 17ª;
 - ii. Viabilizar a fusão de propostas complementares ou semelhantes, desde que essa situação conte com a concordância expressa de todos/as os/as proponentes envolvidos/as;
 - iii. Propor a transformação em projetos das propostas que reúnam todas as condições de elegibilidade, com uma previsão de tempo de execução e de custos associados;
 - d) Assumir, no âmbito de Contrato(s) de Delegação de Competências a celebrar posteriormente entre o Município de Lisboa e a Freguesia, as fases relativas ao ciclo de execução enunciadas no ponto b da alínea c) da Cláusula 2.ª e a execução do(s) projeto(s) aprovado(s) de âmbito local que se localize(m) na respetiva freguesia, de acordo com a cláusula 15ª das Normas de Participação do Orçamento Participativo;
- 

- 
- e) Aplicar e administrar corretamente o financiamento associado ao(s) referido(s) Contrato(s) de Delegação de Competências, correspondendo o valor objeto de delegação a transferir para a Freguesia ao valor estrito do(s) projeto(s) em causa, não havendo lugar a qualquer adicional a qualquer outro título, nos termos da mesma cláusula 15ª das Normas de Participação do Orçamento Participativo;
 - f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do financiamento associado ao(s) referido(s) Contrato(s) de Delegação de Competências;
 - g) Enviar informação regularmente, com uma periodicidade mínima mensal, ao Município de Lisboa, referente à implementação do(s) projeto(s) aprovado(s) de âmbito local, delegado(s) na Freguesia, através de modelo de Ficha de Projeto fornecida pelo Município, de forma a este viabilizar a prestação de contas e informação atualizada aos cidadãos;
 - h) Publicitar o projeto finda a sua execução, fazendo referência ao apoio pelo Município, através da menção expressa, "Com o apoio do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa", e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes de promoção e divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos meios de comunicação.

Cláusula Quarta

(Revisão, incumprimento, resolução)

1. A presente Carta de Adesão pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou pela FREGUESIA devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.
2. O incumprimento pela FREGUESIA ou pelo MUNICÍPIO de uma ou mais condições estabelecidas na presente Carta de Adesão constitui motivo para a resolução imediata do mesmo.
3. No caso previsto no número anterior da presente cláusula e se o incumprimento for imputável à Freguesia, o Município notificará a Junta de Freguesia por carta registada com aviso de receção da resolução e avocará para si os projetos OP a que respeite o incumprimento.

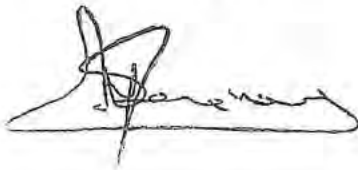
Cláusula Quinta

(Vigência)

A presente Carta de Adesão tem início na data em que for outorgada por ambas as Partes e vigora até ao fim da efetiva execução dos projetos referidos na presente Carta de Adesão.

Feito em duplicado, em Lisboa, a 27 de novembro de 2018.

Pelo Município



Pela Freguesia





LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



JUNTOS DECIDIMOS



LISBOA
EU PARTICIPO!

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE LISBOA

WWW.LISBOAPARTICIPA.PT
WWW.FACEBOOK.COM/LISBOAPARTICIPA



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE LISBOA
NORMAS DE PARTICIPAÇÃO 2018 | 2019

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Primeira
(Princípio)

O Orçamento Participativo de Lisboa (OP) visa contribuir para o exercício de uma intervenção informada, ativa e responsável dos cidadãos/ãs nos processos de governação local, garantindo a participação dos cidadãos/ãs e das organizações da sociedade civil na decisão sobre uma parcela do Orçamento Municipal de Lisboa. Ou seja, permitindo aos cidadãos/ãs apresentarem propostas para a cidade e votarem os projetos que querem ver realizados nos anos seguintes pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), ou pelas Juntas de Freguesia (JF) no âmbito de protocolos estabelecidos para o efeito.

Segunda
(Objetivos)

1. Incentivar o diálogo entre eleitos/as, técnicos/as municipais, cidadãos/ãs e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis.
2. Contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos/ãs aliar as suas preocupações pessoais ao bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação.
3. Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida na cidade.
4. Aumentar a transparência da atividade da autarquia e o nível de responsabilização dos/as eleitos/as e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia e da participação cidadã.
5. Ser mais transversal e inclusivo nas suas diversas vertentes, de forma a captar a participação de grupos de população tradicionalmente mais afastados deste tipo de processos de cidadania ativa, nomeadamente jovens, séniores e migrantes.
6. Envolver as Juntas de Freguesia (JF), nas fases de Análise Técnica das propostas e de Execução dos projetos aprovados, caso haja interesse por parte de uma ou várias JF, mediante protocolo geral celebrado para cada ano, que lhes delega estas fases do processo do OP, caso existam Propostas e Projectos Locais que se localizem na respectiva freguesia.

7. No âmbito da distinção de Lisboa Capital Verde Europeia 2020, sensibilizar para a apresentação de propostas e consequentes projetos na área ambiental, que foquem, explorem, demonstrem e valorizem a sustentabilidade ambiental, otimização de recursos energéticos, diminuição da utilização de plástico, etc., os quais serão identificados com o Selo Verde, sendo que concorrem em igualdade de circunstâncias com os outros projetos candidatos;

8. Aprofundar e desenvolver a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa junto dos cidadãos e cidadãs, designadamente em articulação com as Juntas de Freguesia.

Terceira (Âmbito Territorial e Temático)

O âmbito do OP é o território do concelho de Lisboa e abrange várias áreas de competência da Câmara Municipal de Lisboa (CML), nomeadamente:

- a) Turismo e Proteção Civil
- b) Economia e Inovação, Serviços Urbanos e Desporto
- c) Habitação e Desenvolvimento Local
- d) Planeamento, Urbanismo, Património e Obras Municipais
- e) Relação com o Município, Participação e Sistemas de Informação
- f) Educação e Direitos Sociais
- g) Cultura e Relações Internacionais
- h) Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia
- i) Mobilidade e Segurança

Quarta (Verba)

1. A CML prevê para o OP 2018/19 uma verba global de €2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil euros).
2. O Montante global do OP será dividido por dois grupos de projetos:
 - a) 1 milhão de euros para o conjunto dos Projetos Transversais (projetos de âmbito transversal a toda a cidade), cujo valor unitário não poderá ultrapassar os €300.000, com IVA incluído;
 - b) 1,5 milhões de euros para o conjunto dos Projetos Locais (projetos de âmbito local que se insiram no bairro / freguesia), cujo valor unitário se deverá situar entre os €50.000 e os €100.000, com IVA incluído. O montante atribuído a este conjunto de projetos será repartido de igual forma, ou seja €300.000 por cada uma das cinco Unidades de Intervenção Territorial de Lisboa (UIT) que a seguir se indicam:
 - **Centro Histórico**, integra as freguesias de Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, Penha de França, Santa Maria Maior e São Vicente;

- **Zona Centro**, integra as freguesias de Alvalade, Areeiro, Arroios, Avenidas Novas, Campolide e Santo António;
- **Zona Oriental**, integra as freguesias de Beato, Marvila, Olivais e Parque das Nações;
- **Zona Ocidental**, integra as freguesias de Ajuda, Alcântara e Belém;
- **Zona Norte**, integra as freguesias de Benfica, Carnide, Lumiar, Santa Clara e São Domingos de Benfica.

3. No OP são os cidadãos/ãs que decidem diretamente, através do seu voto, quais os projetos a incluir na proposta de Orçamento e Plano de Atividades da CML dos anos seguintes, até ao limite da parcela atribuída para cada um dos grupos mencionados no número anterior.
4. As verbas referidas no número 2 da presente Norma poderão vir a ser alteradas em face do estabelecido no número 3 da Norma 12ª.

Quinta (Participantes)

Considerando que Lisboa é a capital, e a população flutuante que diariamente ocorre à cidade, o OP destina-se a todos/as os/as cidadãos/ãs com idade igual ou superior a 16 anos, que se relacionem com o Município de Lisboa, sejam residentes, estudantes ou trabalhadores/as e também representantes do movimento associativo, do mundo empresarial e das restantes organizações da sociedade civil.

CAPITULO II FUNCIONAMENTO Sexta (Ciclos de Participação)

1. O OP de Lisboa está organizado com base em dois ciclos de participação:
 - a) O Ciclo de Decisão orçamental, que corresponde ao processo de apresentação de propostas, de análise técnica das mesmas e de votação dos projetos.
 - b) O Ciclo de Execução orçamental, que consiste na concretização dos projetos vencedores e na sua entrega à comunidade
2. O **Ciclo de Decisão** compreende as seguintes fases:
 - a) Preparação do processo;
 - b) Apresentação de propostas;
 - c) Análise técnica e consulta pública
 - d) Votação dos projetos
 - d) Apresentação dos resultados
3. O **Ciclo de Execução** prevê as seguintes fases:
 - a) Estudo prévio;
 - b) Projeto de execução;
 - c) Delegação de competências;
 - d) Contratação pública / Administração direta da autarquia;

- e) Adjudicação / Execução;
- f) Concluído / Inauguração.

SECÇÃO I – CICLO DE DECISÃO ORÇAMENTAL

Sétima

(Preparação do processo)

Esta fase corresponde ao trabalho preparatório para a implementação do OP, nomeadamente:

- a) Avaliação da edição anterior;
- b) Revisão da metodologia e das normas de participação;
- c) Determinação do montante anual a atribuir ao OP;
- d) Elaboração do calendário do OP.

Oitava

(Apresentação de propostas)

1. As propostas podem ser apresentadas:
 - a) Através da Internet, no Portal da Participação da CML (op.lisboaparticipa.pt);
 - b) Nas Sessões de Participação a desenvolver pelo município, em diferentes locais do concelho, cuja informação será disponibilizada no Portal da Participação.
2. Não serão consideradas as propostas entregues por qualquer outra via e fora do tempo determinado para o efeito.
3. Se o texto de uma proposta integrar várias propostas, apenas a primeira será considerada, pois cada proposta apenas poderá dar origem a um projeto.
4. Os/as participantes podem adicionar anexos (fotos, mapas, plantas de localização) à proposta, cujo conteúdo sirva de apoio à sua análise. Contudo, a descrição da proposta deverá constar no campo destinado a esse efeito, caso contrário será excluída.

Nona

(Sessões de Participação)

1. As Sessões de Participação (SP) têm em vista a apresentação presencial de propostas e o debate entre os/as participantes, bem como a prestação de esclarecimentos sobre o processo de OP.
2. As SP serão estruturados em quatro grandes momentos: i) receção dos participantes; ii) abertura; iii) grupos de trabalho; iv) plenário.
3. As propostas apresentadas em formulário próprio e que reúnam as condições necessárias serão consideradas e introduzidas no Portal da Participação pela equipa OP.
4. Admite-se que nas SP seja possível a fusão de duas ou mais propostas se essa for a vontade dos seus/suas proponentes.
5. De cada SP será elaborada uma ata simplificada.

Décima

(Análise Técnica e Consulta Pública)

1. A análise técnica das propostas será realizada pelos serviços municipais, ou em alternativa pelas Juntas de Freguesia quando tal for protocolado nos termos do nº 2 do presente artigo, e destina-se a:

- a) Verificar os requisitos de elegibilidade e eventuais fundamentos de exclusão, em conformidade com o exposto na 17ª das presentes normas;
- b) Viabilizar a fusão de propostas complementares ou semelhantes, desde que essa situação conte com a concordância expressa de todos/as os/as proponentes envolvidos;
- c) Propor a transformação em projetos das propostas que reúnam todas as condições de elegibilidade, com uma previsão de tempo de execução e de custos associados.

2. Caso se justifique e seja viável, as Juntas de Freguesia poderão ter um papel mais ativo na validação da análise técnica das propostas, mediante protocolo geral celebrado para cada ano, que delega esta fase do processo do OP, caso existam Propostas Locais que se localizem na respectiva freguesia.

3. Durante a análise das propostas pode haver lugar a contactos com os proponentes sempre que sobre essas persistam dúvidas ou riscos de exclusão, com vista ao seu melhoramento.

4. Concluída a análise técnica, a Câmara Municipal de Lisboa torna pública a lista provisória de projetos e das propostas excluídas e o fundamento de exclusão, para que possam ser apresentadas eventuais reclamações pelos interessados, conforme calendarização do ciclo OP2018/2019, Ponto 5 e Ponto 6, da norma 24ª.

5. Os cidadãos/ãs que não concordarem com a forma de adaptação das propostas a projeto, ou com a não-adaptação de proposta a projeto, poderão reclamar através do email op@cm-lisboa.pt, no período de consulta pública.

6. As reclamações que possam surgir serão apreciadas pelos serviços municipais competentes.

7. Findo o prazo indicado, não poderão ser consideradas as reclamações recebidas para efeitos de análise no âmbito do OP, sem prejuízo de as mesmas serem encaminhadas para os serviços municipais competentes.

8. Findo o período de Reclamação / consulta pública e Resposta dos Serviços, será publicada a Lista Final de projetos OP a Votação.

Décima Primeira **(Votação dos projetos)**

1. São os cidadãos/ãs que decidem quais os projetos vencedores, através da votação. A votação nos projetos OP será feita online no Portal da Participação, nos locais de apoio à votação, ou por SMS.

2. Cada cidadão/ã terá direito a dois votos, presencialmente, online ou por SMS, sendo um voto por cada grupo de projetos identificados no número 2 da Norma 4.^a
3. Com o objetivo de promover uma maior transparência e credibilidade no processo de votação, serão introduzidas medidas adicionais de controlo do voto, nomeadamente mediante indicação de nome e número do cartão de cidadão.
4. A CML reserva-se o direito de rejeitar os votos que levarem suspeitas de fraude.
5. A CML organizará Sessões de Apoio ao Voto (SAV), com o objetivo de complementar o processo de votação *online* e por SMS, possibilitando o voto presencial e eventuais esclarecimentos adicionais.
6. Nestas iniciativas estarão colaboradores/as da CML devidamente credenciados para informar e ajudar na votação.
7. As Sessões de Apoio ao Voto realizam-se nos dias e locais a divulgar no Portal da Participação.

Décima segunda **(Apresentação dos resultados)**

1. Os projetos vencedores são os que recolherem o maior número de votos, em cada um dos dois grupos:
 - a) No grupo dos Projetos Transversais (projetos de âmbito transversal a toda a cidade), de valor superior a €50.000 e até €300.000, serão considerados os projetos com maior votação, até perfazer o montante de 1 milhão de euros.
 - b) No grupo dos Projetos Locais (projetos de âmbito local que se insiram no bairro / freguesia), de valor superior a €50.000 e até €100.000, os projetos vencedores são os que recolherem o maior número de votos por cada uma das cinco UIT, até ao montante máximo de €300.000 em cada UIT (perfazendo um máximo de 1,5 milhões de euros no total das cinco UIT), sem prejuízo do estabelecido nos números seguintes.
2. É estabelecido um número mínimo de 250 votos para que um projeto mais votado possa vir a ser considerado vencedor em cada um dos grupos acima referidos.
3. Caso não seja aplicada na totalidade qualquer das verbas atribuídas a cada UIT (€300.000) por, em conformidade com o referido no número anterior, não ser possível considerar vencedor um projeto, o eventual valor remanescente dessas verbas reverterá para o grupo dos projetos transversais, e será atribuído ao(s) projeto(s) melhor qualificado(s) após os vencedores e que possa(m) ser total ou parcialmente executado(s), sem prejuízo do seu conceito base.
4. Em caso de empate, as verbas referidas no número anterior que possam vir a reverter para o grupo dos projetos transversais, serão atribuídas ao projeto cujo valor seja mais aproximado do valor global daquelas verbas.
5. Os resultados da votação dos projetos OP serão anunciados em Cerimónia Pública, logo que possível após o fecho da votação, e publicados no Portal da Participação.

SECÇÃO II – CICLO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Décima terceira

(Estudo prévio)

1. O estudo prévio consiste na definição e concretização genérica dos projetos, procurando adequar os documentos de preparação e a respetiva execução às pretensões dos/as proponentes e participantes.
2. A adequação referida no número anterior deverá ser assegurada mediante o acompanhamento do estudo prévio por parte dos/as proponentes.

Décima quarta

(Projeto de execução)

1. O desenho do projeto de execução consiste na definição pormenorizada das etapas da realização do investimento até à sua fase de inauguração.
2. Para a realização do projeto de execução, a Câmara Municipal de Lisboa recorrerá, sempre que entender, aos serviços municipais para a elaboração dos desenhos dos projetos, sem prejuízo da contratação dos serviços, fornecimento de bens ou empreitadas que em concreto se mostrem necessários ou convenientes à execução de cada projeto.

Décima quinta

(Delegação de competências)

1. Sempre que possível, o Município de Lisboa delegará na(s) Junta(s) de Freguesia respetiva(s) a execução dos projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo de Lisboa, devendo as mesmas prestar informação de forma transparente e regular, sobre o desenvolvimento da execução do(s) projeto(s) vencedor(es), a fim de viabilizar a informação aos cidadãos/ãs a constar no Portal da Participação (www.lisboaparticipa.pt).
2. Em caso de se vir a protocolar a execução de projeto(s) aprovado(s), os valores objecto de delegação de competências a transferir para a(s) Junta(s) de Freguesia respetiva(s), corresponderão ao valor estrito do projecto(s) em causa, não havendo lugar a qualquer adicional a qualquer outro título.

Décima sexta

(Inauguração)

1. Concluído o projeto, proceder-se-á à inauguração, em cerimónia organizada pela Câmara Municipal e para a qual será(ão) convidado/a(s) o/a(s) proponente(s).
2. No projeto constará a indicação de que o mesmo resultou do Orçamento Participativo de Lisboa e o respetivo ano, com o Selo OP.

CAPÍTULO III

PROPOSTAS

Décima sétima

(Elegibilidade das Propostas)

1. As propostas apresentadas devem revestir-se de interesse para a cidade e para o bem comum dos/as cidadãos/ãs, sem fins lucrativos e no caso de serem elegíveis, serão implementadas pela CML, eventualmente em parceria com Juntas de Freguesia e/ou outras entidades, quando tal se revele de interesse público.

2. Para ser considerada elegível, qualquer proposta deve respeitar simultaneamente os seguintes critérios:

- a) Inserir-se nas áreas de competência da autarquia, conforme indicado na norma terceira;
- b) Enquadrar-se nos montantes estabelecidos no n.º 2 da norma quarta;
- c) Ser apresentada em nome individual, com indicação do contacto telefónico ou endereço de email válidos do/a(s) respetivo/a(s) proponente(s);
- d) Ser específica, bem delimitada na sua execução e, se possível, no território, para uma análise e orçamentação concretas;
- e) Não configurar pedido de apoio ou venda de serviços, não podendo o/a cidadão/ã que apresenta a proposta vir a constituir-se como parceiro/a da autarquia na execução do projeto aprovado, seja como pessoa singular seja como representante legal de pessoa colectiva.
- f) Não ser relativa à cobrança de receita ou funcionamento interno da CML;
- g) Não contrariar outros projetos e planos municipais, ou pelo menos que da sua execução não resulte a inviabilização de qualquer projeto ou iniciativa do Plano de Ação;
- h) Não estar prevista ou a ser executada no âmbito do Plano Anual de Atividades Municipal;
- i) Não ser demasiado genérica ou muito abrangente, não permitindo a sua adaptação a projeto;
- j) Não fomentar extremismos, fundamentalismos, xenofobia ou quaisquer formas de violência;
- k) Ser tecnicamente exequível;
- l) Não ser comissionada por marcas registadas, abrangidas por direitos de autor ou tenha sobre si patentes registadas;

3. Poderão ainda ser fundamento de exclusão as propostas que em sede de análise técnica:

- a) Impliquem custos de manutenção e funcionamento que a autarquia não tenha condições de assegurar;
- b) Dependam de parcerias ou pareceres de entidades externas cujo período de resposta seja incompatível com os prazos de realização da análise técnica;
- c) Impliquem a utilização de terrenos ou edifícios que não sejam da autarquia, ou quaisquer outros bens do domínio público ou privado de qualquer entidade, sem que seja obtido dessa entidade um compromisso prévio, nomeadamente de cedência dos bens à autarquia para realização do investimento.

4. As propostas para terem condições de execução, poderão necessitar de ajustes técnicos por parte dos serviços municipais.

5. A semelhança do conteúdo das propostas ou a sua proximidade a nível de localização, poderá originar a integração de várias propostas num só projeto, em articulação com os/as respetivos proponentes.

6. As propostas não adaptadas a projeto, serão alvo de fundamentação e comunicadas o/à(s) cidadãos/ãs proponentes.

7. As propostas que, após análise técnica dos serviços, não atingirem o montante mínimo de orçamentação de €50.000, podem vir a ser encaminhadas para a iniciativa municipal “LisBOAideia”.

8. Os projetos elaborados pelos serviços municipais e colocados à votação dos/as cidadãos/ãs poderão não ser, obrigatoriamente, uma transcrição das propostas que lhe deram origem, sendo que os mesmos poderão ser executados parcialmente, por decisão camarária e em articulação com os/as proponentes.

CAPITULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Décima oitava (Locais para Apoio à Participação Online)

Além da possibilidade de contactar as Juntas de Freguesia para apoio à participação no OP, a CML disponibiliza espaços com pontos de acesso gratuito à internet, onde os/as cidadãos/ãs podem participar no OP:

- a) Bibliotecas Municipais;
- b) Centro de Documentação do Edifício do Campo Grande (CDECM);
- c) Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL);
- d) Atendimento Municipais;

Décima nona (Avaliação)

Os/as cidadãos/ãs serão convidados a avaliar o OP 2018/19 através de um questionário a enviar por email ou no Portal da Participação.

Vigésima (Prestação de Contas e Informação ao Cidadão)

Sendo a transparência uma componente fundamental de todo o processo OP, a prestação de contas e informação ao/à cidadão/ã será efetuada de forma regular, nomeadamente através dos Pontos de Situação dos projetos OP Vencedores, bem como através de Relatório de Avaliação Anual. Esta informação será disponibilizada para consulta dos/as cidadãos/ãs no Portal da Participação.

Vigésima primeira (Esclarecimentos)

Para mais informações ou esclarecimentos adicionais, poderá ser contactada a equipa do OP através do email op@cm-lisboa.pt ou do número de telefone 218 170 258.

Vigésima segunda (Revisão das Normas de Participação)

1. As presentes Normas de Participação estão sujeitas a uma avaliação e revisão anual.
2. Qualquer alteração das presentes Normas de Participação será publicada no Portal da Participação.

Vigésima terceira
(Casos Omissos)

Os casos omissos serão resolvidos pelo Vereador com competências em matéria de OP.

Vigésima quarta
(Calendarização do Ciclo OP 2018/2019)

1. Apresentação de Propostas – 29 de outubro de 2018 a 14 de dezembro de 2018
2. Análise Técnica (e eventual melhoramento de propostas) – 18 de dezembro a 7 de fevereiro de 2019
3. Publicação da Lista Provisória de Projetos – 11 de fevereiro de 2019
4. Período de Reclamações – 11 a 18 de fevereiro de 2019
5. Resposta às Reclamações – de 19 a 26 de fevereiro de 2019
6. Publicação da Lista Final de Projetos a votação – 1 de março de 2019
7. Votação – 1 de março a 21 de abril 2019
8. Cerimónia Pública de Projetos Vencedores – data a anunciar (até final de abril de 2019)

